



RESENHA

STAUSBERG, Michael; Steven ENGLER. *The Oxford Handbook of the Study of Religion*. Oxford: Oxford University Press, 2016. ISBN 978-0-19-872957-0.

Eduardo Rodrigues da Cruz*

A obra que ora se nos apresenta é de grande fôlego - são 51 capítulos, totalizando 862 páginas, com extensos índices ao final. Ela se divide em sete partes: a primeira, “Religião”, discute cinco aspectos conceituais centrais da pesquisa sobre religião, incluindo o problema da definição e as principais teorias. Na segunda, “Abordagens Teóricas”, se discorre sobre onze enquadramentos (mais do que subdisciplinas) principais de análise, interpretação e explicação do religioso. Terceira, “Modos”, ou seja, formas de expressão do religioso (espaço, tempo, narrativa, materialidade, etc.). Quarta, “Ambientes”, indica que, onde há sociedades com especialização cultural, a religião constitui uma esfera entre outras, em processo de contínua negociação mútua. Quinta, “Tópicos”, que fala de aspectos que usualmente são estudados em religião comparada (crença, emoção, experiência etc.). A sexta, “Processos”, destaca o caráter histórico da religião e seus movimentos de manutenção e inovação, o que inclui, por exemplo, a secularização. Finalmente, a parte “A disciplina” tem só dois capítulos, sobre sua história e relevância. Essas partes são precedidas de uma breve Introdução dos autores, talvez breve demais para o leitor menos familiarizado com as obras dos autores dos capítulos.

Esse *Handbook* é pensado como complemento a outra importante coletânea dos mesmos organizadores, *The Routledge Handbook of Research Methods in the Study of Religion* (London: Routledge, 2011). Essa última é, também, uma obra ambiciosa, em que podem ser encontradas questões de método que o leitor possa eventualmente notar como ausentes no volume ora sendo resenhado. Considerando-se o número de capítulos de ambas as obras, é notável que haja tão poucos autores que contribuíram igualmente para as duas, o que mostra a imensa gama de pesquisadores que os organizadores conseguiram juntar. Assim sendo, se é natural que haja alguma sobreposição entre elas, o leitor certamente encontrará materiais e perspectivas bem diferentes nas duas.

* Professor do Programa de Ciência da Religião da PUC/SP.

Os organizadores têm o cuidado de, logo de início, indicar outras obras de escopo semelhante. Entre elas, destaquem-se as obras de referência de quatro grandes editoras britânicas, que têm como política editorial a publicação de um grande número de compêndios e manuais para muitas áreas diferentes. No caso dessa abordagem específica, o estudo da religião, as obras das outras três editoras são: Robert A. Segal (Org.), *The Blackwell Companion to the Study of Religion* (2006), que contém 24 capítulos totalizando 492 páginas em duas seções: “Abordagens” e “Tópicos”. John R. Hinnells (Org.), *The Routledge Companion to the Study of Religion*, 2nd. ed. (2009), contendo 33 capítulos em 624 páginas. Esse compêndio contém quatro capítulos introdutórios e mais três seções: “Abordagens centrais ao Estudo das Religiões”; “Tópicos Centrais no estudo das Religiões”; e “As Religiões no Mundo Moderno”. Por fim, temos de Robert A. Orsi, o *The Cambridge Companion to Religious Studies* (2011), com 19 capítulos em 442 páginas. Este contém três seções: “Religião e estudos da religião: a ironia da herança”; “Problemas Teóricos Centrais”; e “Variações Metodológicas”. Percebe-se que o texto de Orsi procura inovar, indo além de uma descrição dos vários aspectos do estudo da religião ao indicar os modos de problematizá-los.

Uma comparação entre essas quatro obras é particularmente difícil pelas diferentes opções que os organizadores assumem. Em nosso caso, os organizadores fazem a seguinte opção epistemológica: “Este *Handbook* precisa melhor o perfil da ciência da religião como uma disciplina. Não procura caracterizar o espectro disciplinar dela, que tomamos como sendo um campo interdisciplinar mais amplo. É por isso que decidimos contraincluir panoramas necessariamente superficiais de campos complexos como antropologia, psicologia e sociologia da religião, etc.” (p. 04), que poderiam ser encontrados em outras obras de referência. Entre as vantagens do *Handbook* publicado por Stausberg e Engler em relação às outras obras está, além da cobertura mais exaustiva de como se estuda religião hoje, o fato de o volume fornecer um bom resumo de cada capítulo no início, um bom glossário e sugestões interessantes de leitura de aprofundamento. À semelhança de todos, entretanto, a maior parte das referências citadas está em inglês, com uma contribuição expressiva do alemão, passando um pouco ao largo da produção francesa e de outras línguas latinas no estudo da religião.

Voltando agora às seções do *Handbook*, vamos destacar algumas das escolhas de capítulos mais notáveis por partes dos organizadores. No caso da Parte I, “Religion”, contendo cinco capítulos, destaque-se primeiro, aquele de M. Stausberg e M. Q. Gardiner, “Definição”. Aqui, os autores assumem com vigor a ingrata tarefa de se falar das definições de religião, diante do ceticismo de muitos e tentativas parciais de outros tantos. Ao invés de apresentarem uma tipologia das definições de religião na literatura, os autores optam por analisá-las a partir de elementos teóricos de definição em geral.

Isso possibilita um ganho em profundidade dos argumentos. Após defender a possibilidade (e até a necessidade) de se apresentar definições de religião, os autores analisam várias delas presentes na literatura, à luz dos elementos teóricos fornecidos. Ao final, eles optam por não apresentar uma definição de religião que seria a mais “correta”, mas, sim, por oferecer ao leitor subsídios para entender o que está em jogo nos vários esforços de definição, e como formar o próprio juízo a respeito. Como apêndice, os autores oferecem uma útil amostra de definições acadêmicas de religião que apresentaram maior aceitação na academia.

Outro capítulo relevante é o de Giovanni Casadio, “A utilidade do conceito de Religião como categoria taxonômica transcultural”. Já superando toda uma discussão no período pós-Eliadiano, que questiona o termo “religião” no singular, assim como sua utilidade como conceito ou categoria, Casadio o repropõe em novas modalidades, através de um cuidadoso apanhado histórico. Apesar da ligação com o colonialismo e o eurocentrismo, há para o autor a possibilidade de definir e traduzir religião em meios históricos e geográficos bastante diversos.

Como contribuição original para o entendimento da religião hoje, o *Handbook* oferece um capítulo sobre “não religião”, de Lois Lee, um conceito apenas compreensível em uma sociedade plural e secularizada. Estudos sobre a não religião, sem um juízo de valor a favor ou contra esse fenômeno, são bastante recentes, e estão vinculados a diferentes noções de religião. Para a autora, importa estudar melhor as formas simbólicas, ritualistas, de significado dos não religiosos.

A parte II, “Abordagens teóricas”, contém onze capítulos e focaliza as tendências contemporâneas no campo da Ciência da Religião. Nesta parte, mais ligada às Ciências Sociais e que inclui caminhos habituais como os de gênero e pós-colonialismo, introduz-se como novidade (comparando-se com outras obras do gênero) um capítulo sobre o “Marxismo” (de Matthew Day) como é trabalhado hoje, destacando a religião como uma forma de protesto anticapitalista, não elitista de reflexão sobre o capital, e como um discurso ideológico mitologizador. Mais do que nos outros compêndios, a presente obra destaca as abordagens que envolvem as Ciências Naturais. Dois capítulos são dedicados a elas: “Ciência Cognitiva” (de Armin W. Geertz) e “Teoria Evolutiva” (de John H. Shaver, Benjamin G. Purzycki e Richard Sosis). Estes apresentam ao público desenvolvimentos teóricos e experimentais bastante instigantes para os que veem a religião apenas como uma forma de cultura. Também merece uma menção o capítulo cujo título nos remeteria de outra forma a algo bem conhecido e tradicional, “Teoria Social” (de Philip H. Mellor e Chris Schelling). O curioso, aí, é o recurso à categoria de Sagrado, central na Sociologia clássica e continuamente relevante para hoje. De fato, há muitas críticas na literatura a essa noção enquanto entidade auto-subsistente, algo que o *Handbook* compartilha (ver p. 183). Mas não há, aqui, um

discurso essencialista: as modalidades de sagrado expostas no capítulo (sócio-religioso, bioeconômico, transcendente e biopolítico) constituem mais um modo útil de organização dos dados referentes ao Ocidente e menos uma afirmação da realidade extraempírica do sagrado.

A parte III (“Modos”) possui sete capítulos. Entre os modos menos conhecidos no campo da CRE, mas que ganham mais e mais interessados, estão os que agora apresentamos. “Performance”, de Axel Michaels e William S. Sax, é um modo próximo a “ritual” (não há um capítulo sobre este último, destacando a intenção dos organizadores de priorizar novos desenvolvimentos) e baseia-se em teorias sobre performatividade no discurso. Abordagens ligadas à performance enfatizam a participação física e a corporeidade, de modo formal e repetitivo, com influências de Victor Turner. O teatro surge como importante metáfora nesse contexto. Temos também um capítulo intitulado “Som”, que mostra que temas antes tratados esparsamente em outros lugares (estudos de ritual, por exemplo) são reunidos em uma única especialidade. Isto é reflexo, aliás, da crescente especialização no estudo da religião e o aumento dos investigadores envolvidos. Para a autora desse capítulo, Rosalind Hackett, *“estudos da religião mais conscientes da importância do som proveriam novas percepções analíticas sobre formas de meditação, expressa e comunicação religiosas, notavelmente naquelas culturas que não privilegiam o visual”* (p. 317). Também os instrumentos de produção de som são destacados, assim como os contextos sócio-históricos em que a sonorização ocorre. Também no que se refere à especialização, surge um capítulo sobre o “tempo”, de David Chidester. As descrições de Mircea Eliade sobre o tempo sagrado e sua noção de *In illo tempore* têm lançado certa suspeita sobre o uso da noção de tempo em Ciência da Religião. Mas Chidester procura mostrar a importância da temporalidade a partir de estudos de antropólogos do sec. XX, entre eles Edmund Leach, Alfred Gell e Roy Rappaport. Através de orientações mais empíricas, ele volta a descrever noções como tempo ancestral, tempo mítico e sequenciamento religioso.

A parte IV, “Ambientes”, possui nove capítulos, e aqui destacamos os de “Medicina” e “Esportes”. O primeiro, de Pamela E. Klassen, reconhece que tanto a medicina quanto a religião partem da percepção da fragilidade da condição humana e apontam para a cura tanto nas dimensões física quanto espirituais. Todavia, mais do que descrever as noções de equilíbrio e as práticas de cura das religiões, a autora adota uma postura crítica e destaca a ruptura causada pela moderna biomedicina de um lado e as críticas pós-colonialistas de outro. Já o capítulo sobre esportes, de Carole M. Cusack, aponta o como a religião pode estar associada à prática deles: como ritual ou louvor, criação de estados alterados de consciência, religiosidade dos atletas, a devoção dos torcedores e a presença do esporte como religião substituta. Dada a importância

dos esportes em nosso país, esse capítulo oferece importantes subsídios epistemológicos para o estudo deles sob o prisma da CRE.

A parte V, “Tópicos”, apresenta capítulos um pouco mais convencionais (como “crenças”), mas um se destaca por seu caráter sensível em tempos de críticas ao eurocentrismo: o de “Salvação” como tópico em religião comparada. O autor, Gavin Flood, entende-a como a transição do estado de sofrimento e morte para seu oposto, transcendendo a morte, e liga-a à escatologia. Talvez por falta de espaço, entretanto, o autor só menciona os casos do Cristianismo e do Hinduísmo, sugerindo que o conceito só cabe bem no primeiro caso. No entanto, o autor tem o mérito de destacar uma importante teoria da religião contemporânea, a de Martin Riesebrodt (ver *The Promise of Salvation: A Theory of Religion*. Chicago: Chicago Univ. Press, 2010) que, como o título sugere, elege o conceito de salvação como o mais significativo. Nesse caso, a religião é baseada na comunicação com poderes sobre-humanos e diz respeito a repelir infortúnios, lidar com crises e estabelecer os fundamentos da salvação.

A parte VI, com oito capítulos, intitula-se “Processos” e destaca as mudanças históricas que as religiões experimentam na contemporaneidade. Entre os capítulos encontra-se o de Paul C. Johnson, “Sincretismo e Hibridização”, certamente de interesse para as Ciências Sociais no Brasil. Este começa por apresentar diversos termos empregados na literatura e seu escopo semântico, como mestiçagem, hibridagem, “creolização”, transculturação e sincretismo. Ele não vê o caso de descartar o uso desse último, como alguns propõem - todas as religiões são, de certa forma, sincréticas -, mas de conceitualizá-lo adequadamente. Trata-se não de uma categoria em um esquema classificatório simplista, mas sim uma expressão de complexas relações histórico-sociais.

Percorridas de modo panorâmico as partes do *Handbook*, gostaria agora de destacar três capítulos dele que me pareceram particularmente relevantes. Começamos com o Capítulo 3, “Teorias da Religião”, de autoria dos próprios organizadores. Não há como definir teoria em geral; assim, os autores assumem a noção como sendo “*um conjunto de ideias ou proposições interconectadas, expressas em linguagem que, de dentro de um contexto discursivo e de um ponto de vista dado (o que implica certos interesses e valores), molda reivindicações cognitivas sobre algum fenômeno (aqui: religião)*” (p. 53). Os autores distinguem dois tipos de teorias: aquelas preexistentes que então são aplicadas ao domínio da religião (cognitivas, marxistas, feministas etc.) e aquelas propostas diretamente por investigadores da religião, que não são um desenvolvimento direto das primeiras (é o caso da de Riesebrodt, citado acima). É sobre tais teorias desenvolvidas em tempos recentes que os autores se concentram. Não se preocupam apenas em sumarizar teorias existentes, mas, sim, em falar das pré-condições e dos objetivos para qualquer teoria da religião academicamente aceitável. Nesse sentido, eles propõem que tais teorias respondam a perguntas do tipo: de quê a religião é constituída? Qual é a sua

estrutura? O que há de saliente sobre a religião? E quais são suas origens? E, por fim, quais são os efeitos, funções ou produtos da religião? (p. 56). Para cada uma dessas perguntas, os autores fornecem algumas considerações e exemplos na literatura contemporânea.

Em seguida, supondo que já haja teorias à disposição para responder tais perguntas, os autores dissertam sobre a necessidade de teorias para o estudo da religião, sobre os níveis em que a teorização se dá e, muito importante, quais são os critérios para se avaliar o alcance e os limites das teorias. Quanto ao primeiro ponto, os autores respondem aos céticos sugerindo que o trabalho teórico está sempre presente em qualquer ciência, tendo-se somente o cuidado de se prover uma sólida base de dados para o desenvolvimento da teoria. Sobre os níveis das teorias, eles sugerem que pode haver teorias de médio alcance na CRE, mas que dados e teorias não podem ser separados como se a teoria fosse uma aplicação *a posteriori* a dados colhidos de forma independente. No caso da avaliação das teorias, os autores recorrem a critérios habituais na Filosofia da Ciência, como, por exemplo, a relação com problemas já estabelecidos na literatura relevante. Em suma, o capítulo tem o grande mérito de desviar nosso foco da mera descrição das teorias clássicas que nos são familiares e nos estimula em duas direções: primeiro, procurar prestar atenção em esforços mais recentes de teorização, no seio mesmo da CRE, e segundo, dirigir nossa atenção para os desenvolvimentos recentes na Filosofia da Ciência, que indicam padrões de cientificidade para o labor científico em geral e para a CRE em particular.

Outro capítulo que gostaríamos de destacar é o sobre “Experiência”, de Craig Martin. O leitor brasileiro pode se perguntar por que o autor já não o denomina de “Experiência Religiosa”, uma vez que é disso que o capítulo trata? A resposta é que ele quer justamente questionar o uso dessa adjetivação à luz de contribuições mais contemporâneas. Primeiro, o autor apresenta alguns autores clássicos para o estudo da experiência religiosa, como Schleiermacher, William James e Otto. Estes apresentam uma abordagem normativa, Cristianocêntrica ao tópico, pois hierarquizam tais experiências e só as veem em seus aspectos sublimes. O autor então apresenta críticas relevantes ao conceito de experiência religiosa em sua abordagem tradicional, feitas por Wayne Proudfoot e Ann Taves, entre outros. Tais críticas são quase desconhecidas no Brasil, motivo pelo qual merecem algum destaque aqui. Proudfoot indica, por exemplo, que empiricamente falando a fonte da experiência religiosa é mais mundana, e que ela é dependente da disponibilidade prévia de conceitos, crenças e práticas. O que ocorre na psique do indivíduo não é, em si, religioso, e assim chegamos a uma explicação naturalista da experiência dita religiosa. Proudfoot não nega que as pessoas tenham experiências religiosas, mas sim insiste em que nós, como investigadores, devemos ser cautelosos quanto às causas a que atribuímos a tais experiências. Autores posteriores

sempre se remetem a Proudfoot, como, por exemplo, Ann Taves. Esta indica que precisamos recorrer a outra trajetória, mais científica, que inclua a Psicologia, a Biologia Evolutiva, as Ciências Cognitivas etc. O que emerge daí não é experiência religiosa *sui generis*, mas sim qualquer tipo de experiência que os praticantes considerem como religiosa. Isso permite uma abordagem naturalista das causas de estados de consciência atípicos, sem que o atributo “religioso” lhes pertença essencialmente. Craig Martin termina indicando duas possibilidades para o estudo da experiência religiosa hoje: primeira, a análise das condições sociais, discursivas e biológicas que tornam possíveis certas experiências extraordinárias; a segunda, mais crítica, que analisa não as próprias “experiências”, mas sim a produção social que se desenvolve a partir das pretensões discursivas a elas.

Por fim, considero que uma das contribuições mais originais dos organizadores, considerando-se obras similares, é dedicar o capítulo final sobre “Relevância” (escrito por Thomas A. Tweed). Não se trata aqui de uma apresentação da “Ciência Aplicada da Religião”, conforme é feito na última parte do *Compêndio de Ciência da Religião* de Usarski e Passos, mas a defesa do caráter da CRE enquanto forma de conhecimento na sociedade moderna. Nesse ponto, a CRE não difere muito de outras Ciências Humanas na luta contra concepções utilitárias do saber. O autor aponta que uma primeira dificuldade para se defender a disciplina é sua própria autocompreensão, que varia muito de um extremo, nas Humanidades e proximidade com a Teologia, para outro, nas Ciências Sociais em um viés positivista. No que tange a semelhanças, o autor identifica três estratégias de defesa: que o estudo da religião desenvolve o conhecimento como um todo, que permite o enriquecimento intelectual do indivíduo e que auxilia o desenvolvimento social (p. 807). A primeira estratégia, válida para todas as ciências, enfatiza que o conhecimento pode ser perseguido por si próprio, sem valor instrumental. Pode-se também dizer que o estudo da religião colabora para o desenvolvimento de outras disciplinas acadêmicas. A segunda estratégia pode levar a questionamentos sobre a neutralidade do conhecimento científico, mas muitos autores sugerem que os pesquisadores costumam ter uma modificação positiva de pensar e agir, ao melhor conhecer a própria religião e a do outro. A terceira estratégia fala do bem coletivo, da possibilidade de, através do estudo adequado da religião (principalmente das dos outros), identificar fontes de violência e promover o bem comum e a tolerância, em cooperação com outros esforços sociais. O autor enfatiza que o recurso a tais estratégias é sensível ao contexto, dependendo dos desafios apresentados pelo ambiente onde o estudo da religião se desenvolve.

Nota-se que se enfrenta aí um grande dilema: até que ponto o objetivo do estudo das religiões não seria, ele próprio, um objetivo religioso? Após décadas de críticas de vários autores (como Segal, McCutcheon, Wiebe, etc.) aos “religionistas”, ou seja,

àqueles que estudam a religião para defendê-la, pode-se perguntar se as estratégias acima não seriam problemáticas. O autor aceita tal problematidade, mas crê, com base em muitos autores e exemplos, de que se pode lidar na prática com o desafio de se manter a cientificidade da CRE. Muitas vezes, o problema é de caráter extracientífico, com opções de fundo da parte de alguns pesquisadores em favor do papel decrescente da religião em termos de indivíduos e sociedade, enquanto para outros seria exatamente o oposto.

Bem, ao final dessa breve apreciação do *Handbook* de Stausberg e Engler, podemos fazer algumas observações conclusivas. Primeiro, sobre o que alguns poderiam considerar como lacunas na escolha dos temas para os capítulos. O leitor brasileiro poderá, por exemplo, notar de imediato a ausência da Filosofia da Religião e da Teologia. É claro que questões referentes a essas duas disciplinas encontram-se disseminadas ao longo dos capítulos, e que os organizadores fizeram uma opção epistemológica excludente (p. 04), mas pode-se perguntar se pelo menos os autores não poderiam justificar melhor essa ausência em particular. Tampouco há capítulos sobre Novos Movimentos Religiosos e Religião Secular, e as mesmas observações sobre a justificação das ausências poderiam ser aplicadas aqui.

A segunda observação é positiva. Ainda que não haja como aferir aqui a qualidade e a pertinência de cada capítulo da obra (e como cada autor lida com a necessária brevidade do texto), certamente os organizadores merecem crédito por essa contribuição de fôlego. O pesquisador brasileiro nunca teve tal abundância de obras de referência para seu trabalho, a começar pelo nosso próprio *Compêndio de Ciência da Religião*. Há um desafio que se coloca às nossas Bibliotecas Universitárias, para que tenham em seus acervos um número adequado desses títulos. E, por fim, há a responsabilidade de todos, de se inteirar desses novos desenvolvimentos em um campo tão variado e rico, e evitar desenvolver uma CRE provinciana que não dialogue com o estado da arte em escala global.

É de se esperar que, em breve, a editora publique uma versão em brochura desse valioso *Handbook*, permitindo que pesquisadores individuais tenham acesso mais fácil à obra.

Recebido: 10/05/2016

Aprovado: 28/06/2017